

Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Orientações para organizações políticas e a cidadania



Não deixar ninguém para trás!

Ficha Técnica

Esta publicação é uma adaptação para o Brasil de publicação originalmente concebida pela EQUIPE DO PNUD COSTA RICA: *Guía de orientación para las organizaciones políticas y la ciudadanía: articulando los programas de gobierno con la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y sus Objetivos de Desarrollo Sostenible*. San Jose: PNUD, 2017.

Direitos de propriedade intelectual © 2017

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Costa Rica (PNUD/Costa Rica)

Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: orientações para organizações políticas e a cidadania

Direitos de propriedade intelectual da obra derivada © 2018

Sistema ONU no Brasil.

Adaptação de conteúdo para o Brasil: Equipe de País da ONU no Brasil

Tradução: Guilherme Larsen e Thaís Barbosa

Revisão: Patrícia Miranda Menezes e Guilherme Larsen

Apoio editorial: Luciano Milhomem

Design: Giovanni Buitrago (publicação em espanhol) e Tarek Jacob (publicação em português - mobilizado por meio da plataforma do voluntariado online da ONU)

Fotos: Ivina Moura

Encoraja-se o uso, a reprodução e a disseminação deste documento. É permitida a reprodução parcial ou total deste documento, desde que citada a fonte. Não é autorizada a venda ou seu uso comercial sem permissão prévia por escrito das Nações Unidas no Brasil. O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente as opiniões ou políticas do PNUD-Costa Rica, do Sistema ONU no Brasil ou de suas organizações parceiras.

Esta publicação contou com o apoio da Prefeitura de Barcarena (PA) e da Rede ODS Brasil

Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Orientações para organizações políticas e a cidadania



Não deixar ninguém para trás!

Apresentação

As eleições nacionais que se aproximam são uma oportunidade para tornar sustentáveis os compromissos assumidos pelo Brasil perante a Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015, dentro de uma perspectiva de visão de Estado.

A Agenda 2030 é universal, abrangente, inclusiva e transformadora. O Brasil e os Estados - membros da ONU se comprometeram a torná-la uma realidade em todos os países globalmente. Nessa perspectiva, esta publicação oferece elementos básicos para apoiar as organizações políticas na inclusão, promoção e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seus programas de governo; e os cidadãos e cidadãs a exercerem a cidadania, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988.

A proposta é ampliar a conscientização em torno da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e fazer um chamado para que os programas de governo se alinhem a essa “linguagem comum”. O texto do documento procurou ser o mais fiel possível à linguagem original dos ODS e suas metas, com a perspectiva não de ser um documento propositivo, mas sim “indutivo” para formação de alianças com vistas a honrar os objetivos e metas da Agenda 2030. A Agenda 2030 é de todas e todos. Só será possível cumpri-la se todos os brasileiros e brasileiras se comprometerem a fazerem sua parte a cada dia até 2030.

O Sistema ONU no Brasil espera que o exercício consubstanciado por esta publicação, originalmente preparada pela Equipe do PNUD Costa Rica e adaptada pela Equipe de País da ONU no Brasil, seja útil para a construção de agendas propositivas e comprometidas com a implementação da Agenda 2030 no país. Considerando o mesmo espírito de cooperação que orientou a construção dessa Agenda, o Sistema ONU no Brasil pretende continuar envidando esforços para contribuir de forma substancial para o devido cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

*Niky Fabiancic
Coordenador Residente do Sistema ONU Brasil*



Um chamado para a ação para mudarmos o mundo?

O compromisso de todas e todos!

Em setembro de 2015, a Assembleia Geral da ONU aprovou, por meio de consenso entre os países membros da Organização, um acordo histórico: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual inclui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um instrumento global com alcance e importância sem precedentes: melhorar notavelmente a vida de todas as pessoas e transformar o mundo em um lugar melhor.

“Não deixar ninguém para trás” é o pilar que sustenta a visão de futuro dessa Agenda, uma visão ambiciosa e transformadora, tendo como base os 17 ODS e suas 169 metas. Como compromisso mundial, ela busca que todos os Estados se proponham com empenho a: acabar com a pobreza e a fome; combater as desigualdades; proteger os Direitos Humanos das populações mais excluídas e vulneráveis; promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e das crianças; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; e garantir a proteção duradoura e resiliente do planeta e de seus recursos naturais.

Princípios que regem a Agenda:

- 1) Não deixar ninguém para trás:** os ODS e suas metas devem ser alcançados por todos os países, mas também devem ser fortalecidos os esforços para os ODS chegarem primeiro àquelas pessoas que estão ficando para trás, tais como mulheres, indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, pessoas idosas, jovens, LGBTI, entre outros. Isso implica a análise de políticas, legislações e estratégias nacionais, setoriais e locais, para a inclusão e impacto nesses grupos populacionais.
- 2) Universalidade:** a Agenda 2030 considera o envolvimento de todos os países, levando em conta suas realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, assim como suas políticas e prioridades nacionais. Os esforços para converter as metas em ações nacionais devem ser guiados pelas aspirações globais da Agenda 2030, mas considerando a própria estratégia de desenvolvimento do país e suas prioridades.
- 3) Integralidade e indivisibilidade dos ODS:** a implementação da Agenda 2030 deve levar em consideração a interconexão entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, suas metas e as três dimensões do desenvolvimento sustentável de forma integrada (social, econômica e ambiental). Isso implica analisar como são desenhadas e aplicadas as políticas de desenvolvimento para refletir essa integração e interconexão (sem selecionar cada objetivo de forma isolada) à luz das sinergias programáticas, orçamentárias e setoriais para maximizar recursos e esforços.
- 4) Enfoque inclusivo e participativo:** os ODS requerem a participação de todos os atores e todas as pessoas representantes das populações mais vulneráveis da sociedade na adaptação dos ODS ao contexto nacional, regional e local; na implementação, no monitoramento e na prestação de contas da Agenda 2030.
- 5) Apropriação nacional:** os ODS terão que se adaptar ao contexto de cada país para definir metas nacionais em função das circunstâncias e prioridades. A Agenda 2030 reconhece explicitamente a importância dos países se apropriarem das estratégias de desenvolvimento, abordando vetores estruturais ao mesmo tempo que se mantem uma margem de manobra para estabelecer políticas e prioridades nacionais.
- 6) Enfoque baseado nos Direitos Humanos:** os ODS aspiram a tirar as pessoas do medo e da escassez, o que somente é possível se os governos respeitarem, salvaguardarem e promoverem todo o arcabouço de Direitos Humanos sob os princípios da universalidade, igualdade e sem discriminação.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas orientam a ação nas seguintes esferas fundamentais para a humanidade e o planeta:

Esferas de incidência:

O caminho integral até o Desenvolvimento Sustentável



193 Países



Brasil
é um deles

O Brasil teve grande responsabilidade no estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Afinal, foi o documento final da Conferência Rio+20, “O Futuro que Queremos”, que lançou as bases do processo abrangente e inclusivo de consultas e negociações que resultou na aprovação da Agenda 2030, três anos mais tarde.

Os ODS estabelecem uma visão extremamente ambiciosa e transformadora, a qual vai muito além do mero ciclo dos governos, oferecendo uma visão de Estado, que conclama para uma ação comum e para um esforço por meio de uma agenda política mais ampla e universal, a qual pode trazer enormes ganhos para todos os países e todas as partes do mundo.

Assim, as próximas eleições nacionais, a serem realizadas em outubro de 2018, são um momento fundamental para promover a continuidade na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e tornar sustentáveis os compromissos assumidos pelo país junto a outros 192, na Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015. Isso será possível se um trabalho coletivo e de alianças for alcançado, para que os grupos políticos que participarão das eleições nacionais incluam em seus programas de governo os princípios e as estratégias para acelerar o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e para que estes grupos e todo(a)s o(a)s cidadão(ã)s acompanhem a implementação dos mesmos.

A legislação eleitoral brasileira dispõe que o(a)s candidato(a)s aos cargos de Prefeito(a), Governador(a) e Presidente da República registrem suas propostas de governo. Os planos de governo apresentados pelo(a)s candidato(a)s serão uma importante ferramenta política nas disputas eleitorais, porém, mais do que isso, eles são a ferramenta que liga e envolve o(a)s candidato(a)s e o(a)s cidadão(ã)s. Eles poderão ser relevantes veículos para disseminar as ideias e pretensões do(a)s candidato(a)s. Portanto, a coerência destes com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representa um caminho de transformação para o país.

Dentro desse espírito, esta publicação oferece elementos básicos para apoiar as organizações políticas na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em seus programas de governo, como instrumento nacional e global, com uma visão que vai muito além de viés partidário e/ou ideológico.

O que as organizações políticas podem fazer para incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em programas de governo?



O Sistema Nações Unidas está à disposição das organizações políticas para que possam desenvolver cada um desses elementos e garantir que programas de governo estejam orientados a melhorar as condições de vida de todas as pessoas no país por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Como as cidadãs e os cidadãos podem contribuir em um processo eleitoral para garantir o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

A aceleração e o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável deve se basear em processos que sejam abertos, inclusivos, participativos e transparentes, onde haja um chamado transformador a todos os atores da sociedade para sua implementação e acompanhamento permanente, incluindo o(a)s cidadão(ã)s. Esta publicação oferece elementos que permitem analisar como as organizações políticas estão incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em seus programas de governo. São apresentados alguns elementos primordiais para que o(a)s cidadão(ã)s possam fazer essa análise e apoiar ativamente a sua implementação no país:





Brasil
*com visão de futuro e
unido em prol dos*
OBJETIVOS  **S** DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Garantir que os objetivos de planos de governo estejam em acordo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Erradicar a pobreza em todas as suas formas continua sendo um dos principais desafios que a humanidade enfrenta. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem um compromisso ambicioso para finalizar o que começamos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, assim, acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões até 2030. Isso requer enfoque nas pessoas em condição de pobreza e em situação de vulnerabilidade – sem distinção de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, situação econômica, orientação sexual e identidade de gênero, situação migratória ou outra condição –, desenvolver políticas multisetoriais, como forma de resposta, aumentar o acesso a recursos e serviços básicos, bem como apoiar as comunidades afetadas por desastres.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Planos para erradicar a pobreza extrema no Brasil, bem como reduzir pelo menos pela metade a proporção de pessoas, de todas as idades, que vivem na pobreza, de acordo com as definições nacionais.
- Criação de sistemas e medidas apropriadas, que assegurem a proteção social para todas as pessoas em condição de pobreza e situação de vulnerabilidade.
- Ações para garantir o acesso aos serviços básicos para as pessoas em condição de pobreza e situação de vulnerabilidade com vistas a promover sua inclusão social, sem nenhuma distinção de idade, sexo, deficiência, etnia, origem, religião, orientação sexual e identidade de gênero, situação migratória e de refúgio ou outra condição.
- Planos para garantir que todas e todos, em particular aqueles que vivem em situações de vulnerabilidade e exclusão, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros.
- Planos com medidas robustas para prevenir, enfrentar e se recuperar dos riscos de desastres, especialmente para reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência ante eventuais riscos das pessoas em condição de pobreza e situação de vulnerabilidade.

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



Como podemos alcançá-lo?



Mobilizar recursos para implementar programas e políticas públicas orientadas a acabar com a pobreza em todas as suas dimensões, tanto nas áreas urbanas como nas rurais.



Criar e ampliar estratégias de desenvolvimento a favor das pessoas pobres e que garantam a igualdade de gênero e a proteção das mulheres e meninas, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.



Implementar estratégias que fomentem a formação de capacidades e a criação de oportunidades de emprego, a garantia dos direitos trabalhistas e do bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras.



Fortalecer programas de atenção integral a famílias e lares que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade e garantir mais articulação entre os programas sociais (incluindo programas seletivos e universais).



Promover a resiliência daqueles que vivem em situações de pobreza e exclusão para reduzir a exposição e vulnerabilidade aos fenômenos extremos relacionados com o clima e outros eventos extremos e desastres.



Promover políticas públicas que combinem medidas de promoção do mercado de trabalho, da proteção social, do sistema de cuidados e do acesso a ativos físicos e financeiros para proteger as pessoas do risco de cair na pobreza.

Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar os índices e a qualidade da nutrição e promover a agricultura sustentável. Isso implica alocar recursos para desenvolver as zonas rurais, a agricultura e a pesca sustentáveis; fortalecer as políticas de alimentação escolar e apoiar os pequenos grupos de produtores agrícolas, de pecuária e pesca, especialmente das zonas com menores índices de desenvolvimento humano.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Planos para acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, especialmente aquelas que vivem em situações de vulnerabilidade e exclusão, a uma alimentação nutritiva e suficiente durante todo o ano.
- Ações para acabar com todas as formas de desnutrição em meninos e meninas menores de cinco anos e que atendam também as necessidades nutricionais das adolescentes, das mulheres grávidas e lactantes e das pessoas idosas.
- Políticas públicas para garantir um acesso seguro e equitativo às terras e a outros recursos produtivos, assim como insumos, conhecimentos, serviços financeiros, mercados e oportunidades para a geração de valor agregado e empregos não agrícolas, especialmente nos grupos rurais economicamente e socialmente excluídos.
- Estratégias para assegurar a sustentabilidade dos sistemas de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que contribuam com a manutenção dos ecossistemas e fortaleçam a capacidade de adaptação às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres.
- Ações para manter a diversidade genética das sementes, das plantas cultivadas e dos animais de criação e domesticados e das espécies silvestres, inclusive por meio de uma boa gestão e diversificação dos bancos de sementes e plantas a nível nacional.
- Planos para promover o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios que resultam da utilização dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados.



Como podemos alcançá-lo?



Aumentar a produtividade agrícola em particular das mulheres, dos povos originários e dos povos e comunidades tradicionais, bem como dos pequenos produtores.



Corrigir as restrições e distorções comerciais nos mercados agropecuários mediante a eliminação paralela de todas as formas de subvenção às exportações agrícolas e todas as medidas de exportação com efeitos equivalentes.



Aumentar os investimentos na infraestrutura rural, na pesquisa agrícola e nos serviços de extensão, no desenvolvimento tecnológico e nos bancos genéticos de plantas, bem como na capacidade de produção agrícola.



Adotar medidas que garantam o balanço nutricional adequado dos alimentos consumidos pelas crianças, adolescentes, jovens e adultos nas escolas.



Adotar medidas para assegurar a melhoria dos mercados de produtos básicos e alimentícios.



Facilitar o acesso oportuno à informação sobre os mercados, em particular sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a extrema volatilidade dos preços dos alimentos.



Promover a inclusão de práticas na agricultura que permitam aos pequenos grupos de produtores serem mais resilientes aos efeitos da mudança global do clima, como a retenção de umidade do solo, diversificação, entre outros.



Adotar medidas para fomentar a agricultura familiar e a agroecologia, bem como ampliar a aquisição de insumos de pequenos produtores locais para a alimentação escolar, incentivando a diversificação de suas produções em função da garantia de um mercado consumidor.

Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades

Promover a saúde, o bem-estar físico e mental e prolongar a expectativa de vida de todas as pessoas, garantindo que a cobertura sanitária e o acesso à atenção médica de qualidade sejam universais, sem excluir ninguém. Isso implica proteger os avanços alcançados, evitar retrocessos e continuar trabalhando para alcançar uma maior redução da mortalidade neonatal, infantil e materna, para pôr fim a todas as mortes preveníveis. Além disso, é urgente garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, a aceleração da luta contra a malária, o HIV, a tuberculose, a hepatite, e outras doenças transmissíveis e epidemias. Também é necessário aumentar a prevenção e o tratamento das doenças não transmissíveis que constituem um grave impedimento para o desenvolvimento sustentável.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Ações para reduzir a taxa mundial de mortalidade materna, as mortes evitáveis de bebês recém-nascidos e de meninas e meninos menores de cinco anos.
- Ações que promovam a erradicação do HIV, da tuberculose, da hepatite e outras doenças transmissíveis.
- Planos para fortalecer a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.
- Estratégias para reduzir o número de mortes e lesões causadas por acidentes de trânsito.
- Planos para garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, o planejamento familiar e a integração da saúde reprodutiva nas estratégias e programas nacionais.
- Ações para reduzir substancialmente o número de mortes e doenças causadas por produtos químicos perigosos e por contaminação do ar, da água e do solo.
- Planos para reforçar a capacidade de alerta precoce na redução e gestão dos riscos para a saúde nacional, incluída a saúde mental e bem-estar.
- Planos para promover o acesso a serviços de saúde essenciais e de qualidade e o acesso a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade.
- Estratégias para aumentar os programas de prevenção e tratamento de doenças não transmissíveis, incluindo a saúde mental e bem-estar.

Como podemos alcançá-lo?



Ampliar os serviços de saúde sexual e reprodutiva e o planejamento familiar.



Ampliar o acesso à seguridade social das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão, como mulheres, meninas, pessoas LGBTI, migrantes, refugiados, que sofrem de algum tipo de deficiência, idosas, afrodescendentes e indígenas, por meio de ferramentas diferenciadas de seguridade social.



Melhorar a qualidade dos serviços de saúde e adequar esses serviços às necessidades específicas de diferentes grupos como mulheres, meninas, pessoas LGBTI, migrantes, refugiadas, pessoas com algum tipo de deficiência, idosas, afrodescendentes e indígenas.



Apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis.



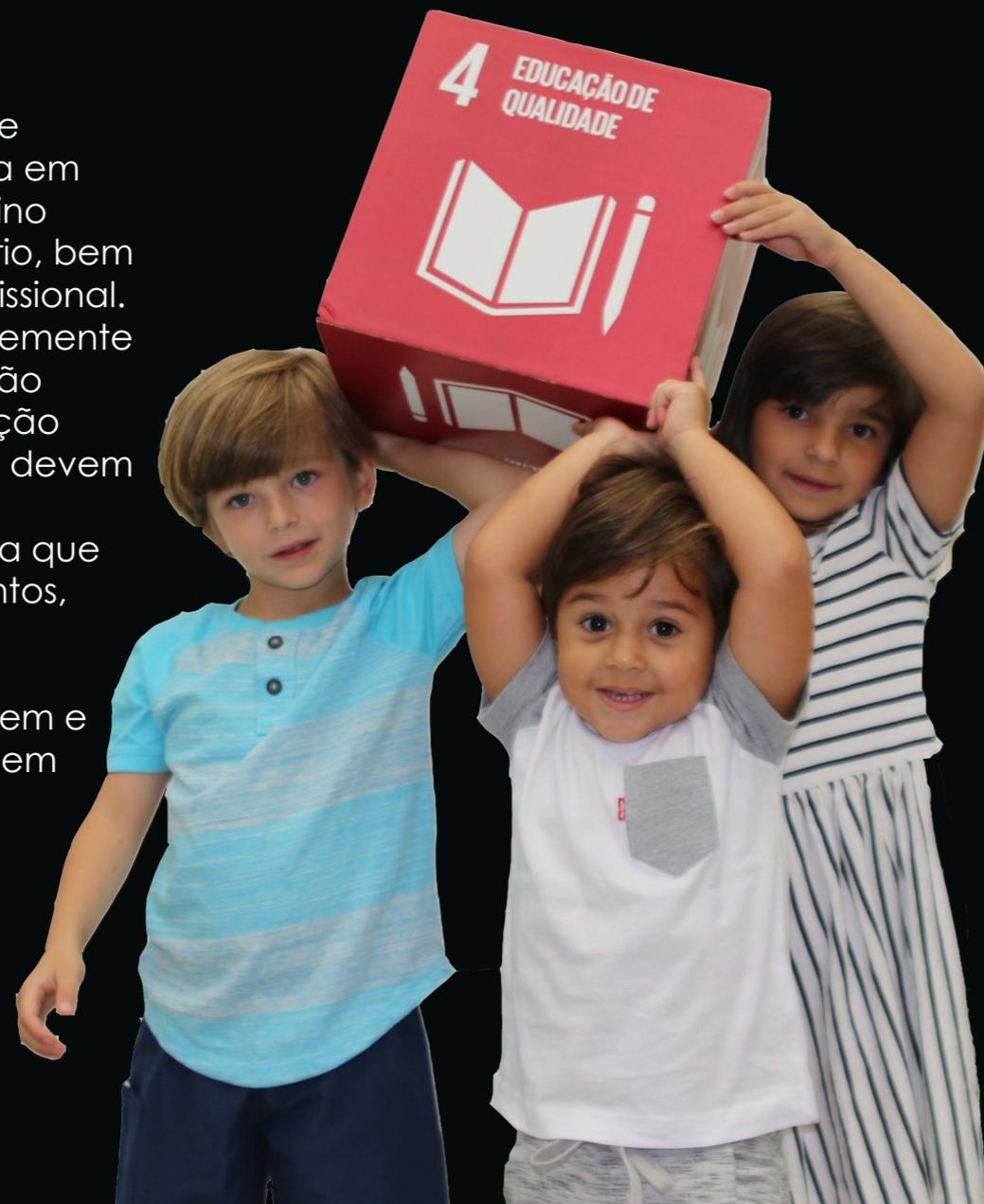
Facilitar o acesso aos medicamentos e vacinas essenciais.



Aumentar substancialmente as ações para o financiamento da saúde, desenvolvimento e capacitação dos profissionais da área.

Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas

Proporcionar uma educação de qualidade, inclusiva e igualitária em todos os níveis: pré-escolar, ensino fundamental, médio, universitário, bem como formação técnica e profissional. Todas as pessoas, independentemente do sexo, origem étnica, condição migratória, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero, devem ter acesso à possibilidade de aprendizagem ao longo da vida que permita adquirir os conhecimentos, competências e habilidades necessárias para aproveitar as oportunidades que se apresentem e participar plenamente da vida em sociedade.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Ações para garantir que meninos, meninas e adolescentes concluam o ensino fundamental e médio e que esta educação seja gratuita e de qualidade.
- Planos claros para que todas as crianças tenham acesso a serviços de atenção e desenvolvimento na primeira infância e a um ensino pré-escolar de qualidade.
- Estratégias que assegurem o acesso, em condições de igualdade, para todas as mulheres e homens à uma formação técnica, profissional e superior de qualidade.
- Planos para eliminar as disparidades de gênero na educação.
- Ações para garantir o acesso a todos os níveis de ensino e a formação profissional em condições de igualdade das pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade e exclusão, especialmente as mulheres, as pessoas afrodescendentes, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados, os povos indígenas, as pessoas LGBTI e os jovens.



Como podemos alcançá-lo?



Garantir a matrícula de crianças e adolescentes que estão fora da escola.



Aumentar substancialmente o número de pessoas jovens e adultas que contam com as competências necessárias, em particular competências técnicas e profissionais, para terem oportunidades de empregos, trabalho decente e empreendedorismo.



Desenvolver programas e currículos que garantam os conhecimentos teóricos e práticos necessários para promover a aprendizagem, incluindo o currículo de formação inicial e continuada dos professores.



Garantir que todos os alunos e alunas adquiram os conhecimentos teóricos e práticos necessários para promover o desenvolvimento sustentável, mediante a educação sobre formas de vida sustentáveis, os direitos humanos, a igualdade de gênero, a promoção de uma cultura de paz e sem violência, cidadania global, a valorização da diversidade cultural e a contribuição da cultura para desenvolvimento sustentável.



Construir e adequar as instalações escolares para que atendam às necessidades das pessoas com deficiência e promover programas que aumentem as oportunidades de acesso ao ensino superior dessas pessoas.



Garantir ambientes de aprendizagem seguros, sem violência e inclusivos.



Aumentar o número de bolsas disponíveis para a matrícula em programas de ensino superior, incluindo programas de formação profissional e programas técnicos, científicos, de engenharia e de tecnologia da informação e comunicações.



Aumentar o contingente de professores e professoras qualificados, fortalecendo a formação de educadores.

Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

A incorporação sistemática da perspectiva de gênero na implementação da Agenda 2030 é considerada em sua diversidade de raça/cor, etnia, origem, status migratório, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, ocupação e outras categorias sociais. O alcance da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas contribuirá decisivamente para o progresso de todos os ODS e suas metas. Não é possível alcançar todo o potencial humano e termos um desenvolvimento sustentável se seguirmos negando para metade da humanidade o pleno usufruto dos direitos humanos e suas oportunidades. As mulheres e as meninas devem ter igual acesso a uma educação de qualidade, aos recursos econômicos e à participação política, assim como as mesmas oportunidades que os homens ao emprego, liderança e processo de tomada de decisões em todos os níveis.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Planos claros para eliminar todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas.
- Ações contínuas e sustentáveis para eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas.
- Planos contra a exploração sexual e outros tipos de exploração de mulheres e meninas, especialmente as que se encontram em situações de vulnerabilidade e exclusão.
- Estratégias para reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família.
- Planos para garantir o acesso universal à saúde sexual reprodutiva e aos direitos reprodutivos das mulheres e meninas, sem distinção de condições sociais e étnico-raciais.
- Ações para melhorar o uso das tecnologias da informação e comunicação que promovam o empoderamento das mulheres e meninas, sem distinção de condição social.
- Estratégias para reduzir as desigualdades que as mulheres enfrentam no trabalho e garantir salários justos e competitivos.
- Ações para aumentar a participação das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

5 IGUALDADE DE GÊNERO



Como podemos alcançá-lo?



Fortalecer os mecanismos nacionais e subnacionais para o avanço das mulheres.



Criar políticas públicas que promovam a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades e liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.



Acelerar a participação política real das mulheres ao incorporar a perspectiva de gênero nos partidos políticos, assegurar a alternância horizontal que garanta a mesma quantidade de mulheres e homens nas cadeiras legislativas de cada partido.



Promover reformas que concedam às mulheres o direito aos recursos econômicos em condições de igualdade, assim como o acesso à propriedade e ao controle da terra e outras formas de propriedade, as serviços financeiros, à herança e aos recursos naturais.



Elaborar e fortalecer políticas adequadas e leis para promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas em todos os âmbitos da Agenda 2030 e dos ODS.



Reforçar e criar políticas públicas que promovam o acesso permanente à saúde sexual e reprodutiva de todas as mulheres e adolescentes, sem distinção de nenhuma condição.



Elaborar e fortalecer leis e estratégias para eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e meninas, em todos os âmbitos e níveis.



Elaborar e fortalecer leis e medidas para eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas, especialmente as que vivem em situação de vulnerabilidade e exclusão, tais como migrantes, refugiadas, afrodescendentes, indígenas, deficientes, LGBTI e em condição de pobreza, entre outras.

Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todas as pessoas

A água está no centro do desenvolvimento sustentável e das suas três dimensões - ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos, bem como os serviços a eles associados, sustentam os esforços de erradicação da pobreza, de crescimento econômico e da sustentabilidade ambiental. O acesso à água e ao saneamento importa para todos os aspectos da dignidade humana: da segurança alimentar e energética à saúde humana e ambiental. A escassez de água afeta boa parte da população mundial, número que deverá subir ainda mais como resultado dos efeitos adversos da mudança do clima e da gestão inadequada dos recursos naturais. É necessário promover um novo caminho que nos leve à realização deste objetivo, por meio da proteção às nascentes, rios e bacias e compartilhamento de tecnologias de tratamento de água.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Planos claros para alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e a preço acessível.
- Programas para alcançar o acesso equitativo aos serviços de saneamento e higiene adequados para todas as pessoas, com especial atenção às necessidades das mulheres e meninas e das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão, sem nenhuma distinção.
- Ações para melhorar a qualidade da água mediante a redução da contaminação, a eliminação de materiais e produtos químicos perigosos, a redução da porcentagem de águas residuais sem tratamento e o aumento substancial da reciclagem e da sua reutilização em condições de segurança.
- Melhoria na governança da água para reduzir os conflitos por causa da demanda da água para os diferentes usos (consumo humano, turismo, produção).
- Programas de promoção e capacitação ao setor agroindustrial e turístico sobre práticas produtivas de uso reduzido e eficiente da água e estabelecimento de políticas de incentivo para quem adotar essas práticas.
- Estratégias para apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais na melhoria da gestão da água e do saneamento.
- Planos concretos para a proteção e recuperação dos ecossistemas relacionados com a produção desse recurso, como florestas, montanhas, zonas úmidas e rios, assim como a inovação e aproveitamento de novas tecnologias para promover a eficiência hídrica e o saneamento.



Como podemos alcançá-lo?



Desenvolver políticas e diretrizes que garantam a utilização eficiente dos recursos em todos os setores.



Fortalecer os programas e as medidas institucionais para fazer frente à escassez de água, especialmente nas áreas que sofram com problemas hídricos.



Colocar em prática a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis.



Fortalecer as capacidades para o saneamento, coleta, economia e armazenamento da água, a dessalinização, o aproveitamento eficiente dos recursos hídricos, o tratameto de águas residuais e as tecnologias de reciclagem e reutilização.



Proteger e restabelecer os ecossistemas relacionados com a água, as florestas, as montanhas, os aquíferos, as zonas úmidas, incluindo os rios e os lagos.



Estabelecer medidas de planejamento que facilitem o acesso equilibrado à água para os diferentes usos, de maneira que possam ampliar as atividades produtivas e turísticas sem afetar a disponibilidade da água para as comunidades.

Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todas as pessoas

A energia é central para quase todos os grandes desafios e oportunidades que o país enfrenta, por exemplo, para os empregos, a segurança, a produção e para aumentar o ingresso de recursos. Garantir o acesso à energia é essencial e fortalecer sua sustentabilidade é uma oportunidade transformadora. Atender às necessidades da economia e da sociedade, bem como proteger o meio ambiente, é um dos grandes desafios para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o ODS 7 reconhece a importância e traça metas focadas na transição energética, de fontes não renováveis, emissoras de gases de efeito estufa e poluidoras, para fontes renováveis limpas, com especial atenção às necessidades das pessoas e localidades em situação de maior vulnerabilidade.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Planos para garantir o acesso universal aos serviços de energia sustentáveis, confiáveis e modernos.
- Planos para aumentar a oferta de energia do país mediante uma matriz energética que assegure o fornecimento otimizado e contínuo de eletricidade e combustível, promovendo o uso eficiente de energia para manter e melhorar a competitividade do país.
- Estratégias para garantir a soberania e a segurança energética.
- Planos para ampliar a participação de fontes renováveis na matriz energética nacional.
- Ações que promovam frotas veiculares, públicas e privadas, ambientalmente adequadas e com foco na redução das emissões mediante a melhoria da qualidade dos combustíveis derivados de hidrocarbonetos e o uso do transporte elétrico.
- Estratégias para introduzir um transporte público que utilize energias ambientalmente adequadas, como a energia elétrica oriunda de fontes renováveis e os biocombustíveis.

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



Como podemos alcançá-lo?



Aumentar o acesso às tecnologias e à pesquisa de fontes energéticas sustentáveis.



Impulsionar a pesquisa de fontes de energias renováveis, a eficiência energética e as tecnologias avançadas e menos emissoras de combustíveis fósseis.



Promover o investimento em infraestruturas energéticas e tecnologias de energia sustentável.



Otimizar a matriz energética atual para reduzir a dependência da geração térmica por parte do sistema nacional de geração.



Fomentar a participação das comunidades localizadas em áreas de impacto referentes a projetos de infraestrutura energética.



Promover ações para melhorar a governança ambiental, atualizar a normativa ambiental e aumentar a transparência dos custos ambientais na tarifa elétrica para aumentar a capacidade estatal de orientar e regular o setor elétrico.



Aumentar a eficiência no sistema nacional de transporte para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, a contaminação do ar e diminuir o impacto na saúde humana.



Realizar ajustes tarifários para garantir acesso à energia a um preço acessível a todas as pessoas.

Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo, e o trabalho decente para todas e todos

Para promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos, é necessário criar as condições para aumentar o crescimento com prosperidade compartilhada. Além disso, é crucial erradicar o trabalho forçado e pôr fim ao trabalho infantil em todas as suas formas. O país ganha se dispõe de uma força de trabalho em um ambiente sadio, com boa formação e com conhecimentos e atitudes necessárias para realizar um trabalho produtivo e gratificante.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Planos para manter o crescimento do Produto Interno Bruto anualmente em níveis altos.
- Estratégias claras para alcançar níveis mais elevados de produtividade mediante a diversificação, a modernização tecnológica e a inovação, focando a atenção nos setores de maior valor agregado e o uso intensivo de mão de obra.
- Ações para melhorar a eficiência da produção e promover o consumo sustentável, bem como para procurar desvincular o crescimento econômico da degradação do meio ambiente.
- Planos para alcançar emprego pleno e produtivo, bem como garantir um trabalho decente para todos os homens e mulheres, com igualdade de remuneração por trabalho de igual valor, especialmente para as pessoas mais jovens, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão.
- Ações para reduzir substancialmente a proporção de pessoas jovens que não estão empregadas e não estudam.
- Estratégias para fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para ampliar o acesso aos serviços bancários, financeiros e de seguros.

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



Como podemos alcançá-lo?



Promover políticas que apoiem o desenvolvimento de atividades produtivas, a criação de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação.



Aumentar a formalização e o crescimento das pequenas, das microempresas e médias empresas, mediante o acesso a serviços financeiros.



Elaborar e colocar em prática políticas direcionadas a promover o turismo sustentável que gere postos de trabalho e promova a cultura dos produtos locais.



Adotar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, que ponha fim às formas modernas de escravidão e assegure a proibição e eliminação do trabalho infantil.



Proteger os direitos trabalhistas, especialmente das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão, como mulheres, pessoas migrantes, refugiados, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTI, em condições de pobreza, entre outras.



Promover políticas e leis que garantam um ambiente de trabalho seguro e protegido para todas e todos, com ênfase nas pessoas trabalhadoras migrantes, e particularmente mulheres e pessoas com empregos precários.



Desenvolver políticas públicas para fomentar as capacidades das pessoas para que possam se incorporar nos setores de maior valor agregado.



Promover políticas para garantir uma maior participação profissional e que combata as desigualdades e a discriminação das mulheres e de outros grupos em situação de vulnerabilidade e exclusão.

Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Para construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, é necessário garantir a coordenação e a cooperação por meio da promoção da ciência, tecnologia e inovação, aumentar as sinergias e a eficiência para melhorar as iniciativas de criação de infraestruturas sustentáveis, que permitam às áreas produtivas serem mais resilientes, bem como impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país, com respeito ao meio ambiente.



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Planos eficientes e efetivos para promover uma industrialização inclusiva e sustentável.
- Ações para aumentar de maneira significativa a contribuição da indústria ao emprego e ao Produto Interno Bruto.
- Estratégias claras para aumentar o acesso das pequenas empresas aos serviços financeiros, a créditos acessíveis e a sua integração na cadeia de valor e aos mercados.
- Planos para melhorar a infraestrutura e reajustar as indústrias para que sejam sustentáveis, usando os recursos com maior eficácia.
- Ações para promover a adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.
- Estratégias para apoiar o desenvolvimento de tecnologias nacionais, bem como pesquisa e inovação.
- Planos para garantir um ambiente normativo propício para a diversificação industrial e agregar valor aos produtos básicos.
- Planos para aumentar o acesso a novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente em áreas rurais e territórios indígenas e grupos em maior situação de vulnerabilidade e exclusão, como mulheres e meninas, pessoas migrantes, refugiados, LGBTI, afrodescendentes, pessoas com deficiência, em condição de pobreza, entre outros.

Como podemos alcançá-lo?



Desenvolver infraestruturas confiáveis, sustentáveis, resilientes e de qualidade, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com especial atenção ao acesso equitativo e acessível.



Aumentar a pesquisa científica e melhorar a capacidade tecnológica dos setores industriais.



Fomentar a inovação e aumentar substancialmente o número de pessoas que trabalham na área de pesquisa e desenvolvimento.



Aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento dos setores públicos e privado.



Garantir o acesso universal e acessível à internet para todas as pessoas no país, especialmente para aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade e exclusão, como mulheres, pessoas migrantes, refugiadas, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTI, pessoas em condição de pobreza, entre outras.

Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Combater as desigualdades entre os países e dentro do país é um dos eixos transversais para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Para construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas é necessário garantir o cumprimento dos direitos humanos, promover a igualdade entre os gêneros e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como garantir uma proteção duradoura do planeta e de seus recursos naturais. Por isso, devem ser criadas as condições necessárias para reduzir as desigualdades, especialmente aquelas que afetam os grupos mais vulneráveis e historicamente excluídos.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Ações para aumentar significativamente a participação no mercado de trabalho e as oportunidades de emprego das pessoas em maior situação de vulnerabilidade e exclusão, como mulheres, pessoas migrantes, refugiadas, afrodescendentes, indígenas, com deficiência, LGBTI, em condição de pobreza, entre outras.
- Estratégias para alcançar um crescimento sustentável da renda dos 40% mais pobres da população.
- Planos permanentes para empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todas as pessoas, sem distinção alguma de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica, orientação sexual e identidade de gênero, condição migratória ou outra condição.
- Estratégias para garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a esse respeito.
- Ações para facilitar a migração e a mobilidade das pessoas, de forma ordenada, segura, regular e responsável.
- Estratégias para adotar políticas, especialmente fiscais, salariais e de proteção social, para alcançar progressivamente mais igualdade.



Como podemos alcançá-lo?



Eliminar as leis, políticas e práticas discriminatórias que afetem as mulheres, pessoas com deficiência, migrantes, refugiadas, afrodescendentes, indígenas, LGBTI, em situação de pobreza, entre outros grupos mais vulneráveis e excluídos.



Criar estratégias para encorajar a assistência oficial para o desenvolvimento dos fluxos financeiros, o investimento estrangeiro direto, em consonância com os planos e programas nacionais.



Criar planos concretos para reduzir os custos de transação das remessas das pessoas migrantes e eliminar os canais de envio de remessas de alto custo.



Melhorar a regulamentação e o monitoramento das instituições e dos mercados financeiros e fortalecer a implementação das respectivas regulamentações.



Aplicar políticas migratórias bem planejadas e geridas.



Fortalecer os sistemas de informação em diferentes âmbitos, para melhorar a disponibilidade de dados atualizados, confiáveis e de alta qualidade, segmentados por gênero, idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, situação econômica, orientação sexual, identidade de gênero, situação migratória ou outra condição.

Objetivo 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Para se conseguir que as cidades e os assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, é necessário reconhecer que a gestão e o desenvolvimento sustentável do meio urbano são fundamentais para a qualidade de vida dos nossos povos. É urgente trabalhar com os governos e com as comunidades locais para renovar e planejar nossas cidades e assentamentos humanos, com o objetivo de fomentar a coesão comunitária e a segurança das pessoas, bem como estimular a inovação e o emprego, além de reduzir os efeitos negativos das atividades urbanas e das substâncias químicas que são perigosas para a saúde e o meio ambiente.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Planos estratégicos que garantam o acesso de todas as pessoas a habitações e serviços básicos adequados, seguros e acessíveis.
- Ações para proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todas as pessoas.
- Planos para melhorar a segurança rodoviária por meio da ampliação dos transportes públicos.
- Estratégias para alcançar uma urbanização inclusiva e sustentável, bem como a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos.
- Planos para reduzir de forma significativa o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir as perdas econômicas causadas por elas, dando particular ênfase na proteção das pessoas pobres e em situação de vulnerabilidade.
- Ações para proporcionar acesso universal a áreas verdes e espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis, em particular para as mulheres, meninas e meninos, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Como podemos alcançá-lo?



Construir edifícios sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.



Redobrar os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural.



Reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, prestando especial atenção à qualidade do ar e à gestão dos dejetos municipais.



Fortalecer o planejamento do desenvolvimento nacional sustentável e resiliente, com particular importância para o planejamento dos territórios.



Apoiar os vínculos econômicos, sociais e ambientais positivos entre as zonas urbanas e rurais.



Adotar e iniciar políticas e planos integrados para promover a inclusão, o uso eficiente dos recursos, a mitigação e a adaptação aos efeitos da mudança global do clima, com foco nas cidades e nos assentamentos humanos.



Fortalecer a implementação da gestão integrada dos riscos de desastre em todos os níveis para promover a resiliência, especialmente das pessoas em situações de vulnerabilidade e exclusão, sem nenhuma distinção.

Objetivo 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

É importante garantir modos de consumo e produção sustentáveis e efetuar mudanças fundamentais na maneira em que nossa sociedade produz e consome bens e serviços. Todos os setores devem contribuir para modificar os atuais modos pouco sustentáveis de consumo e produção, e adotar medidas para fortalecer a capacidade científica, tecnológica e de inovação, com o objetivo de avançar para modos de consumo e produção mais sustentáveis.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Ações para alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.
- Planos para reduzir o desperdício de alimentos per capita e os desperdícios de alimentos nas cadeias de produção e distribuição, bem como as perdas pós-colheitas.
- Estratégias para alcançar a gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de seus ciclos de vida.
- Ações para reduzir de forma significativa a liberação de resíduos na atmosfera, na água e no solo a fim de reduzir ao mínimo seus efeitos adversos na saúde humana e no meio ambiente.
- Ações para diminuir de forma substancial a geração de resíduos por meio de políticas de prevenção, redução, reciclagem e reuso.
- Estratégias para garantir que as pessoas tenham informação e conhecimentos relevantes para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
- Medidas participativas para o desenvolvimento e implementação do planejamento territorial e espacial.
- Planos para desenvolver plataformas de produção e comércio responsáveis que garantam o desenvolvimento sustentável.

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



Como podemos alcançá-lo?



Criar e divulgar análises sobre o impacto ambiental da produção e do consumo não sustentáveis.



Incentivar as empresas, em especial as grandes empresas e as empresas transnacionais, a adotarem práticas sustentáveis.



Incentivar as instituições públicas a adotarem práticas sustentáveis, por exemplo, nos processos de compras públicas (“compras verdes”), e políticas para eliminar o uso de plásticos de uso único.



Garantir que as empresas públicas e privadas tenham práticas ambientalmente adequadas no uso de produtos químicos.



Criar políticas sólidas que incentivem as empresas públicas e privadas a reduzirem ao máximo o uso de substâncias químicas contaminantes e compostos orgânicos persistentes.



Fortalecer a capacidade científica e tecnológica com vistas a avançar para modos de consumo e produção sustentáveis.



Promover um turismo sustentável que crie postos de trabalho e promova a cultura e os produtos locais.



Eliminar os incentivos perversos (subsídios para atividades que gerem externalidades ambientais) por meio da eliminação das distorções do mercado e da reestruturação dos sistemas tributários.

Objetivo 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

É fundamental adotar medidas urgentes para combater a mudança global do clima e seus efeitos adversos. A mudança do clima é um dos maiores desafios da nossa época, sendo que seus efeitos adversos podem comprometer completamente a capacidade de cada país em alcançar o desenvolvimento sustentável. O aumento da temperatura global, a elevação do nível do mar, a acidificação dos oceanos e outros efeitos da mudança do clima estão afetando gravemente as zonas costeiras e de baixa altitude, além de colocar em risco a sobrevivência dos sistemas de suporte biológico do planeta. É urgente acelerar a redução das emissões dos gases de efeito estufa e adotar medidas de mitigação e de adaptação aos efeitos adversos desse fenômeno, em todos os níveis e em todas as regiões.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Estratégias para fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação aos riscos relacionados ao clima e às catástrofes ambientais.
- Políticas, estratégias e planos nacionais efetivos e eficientes, bem como a dotação adequada de recursos para promover medidas de mitigação e de adaptação aos efeitos da mudança global do clima.
- Ações para melhorar a educação, a sensibilização e a capacidade humana em relação à mitigação e à resiliência à mudança do clima.
- Estratégias para fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação aos riscos relacionados ao clima e às catástrofes ambientais.
- Políticas, estratégias e planos nacionais efetivos e eficientes, bem como a dotação adequada de recursos para promover medidas de mitigação e de adaptação aos efeitos da mudança global do clima.
- Ações para melhorar a educação, a sensibilização e a capacidade humana em relação à mitigação e à resiliência à mudança do clima.

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



Como podemos alcançá-lo?



Fortalecer substancialmente a implementação dos objetivos dos Acordos Multilaterais nas estruturas e mecanismos interministeriais.



Fortalecer a Política Nacional sobre Mudança do Clima e as estratégias de implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada no âmbito do Acordo de Paris com vistas a garantir a transversalização das ações de mitigação e de adaptação aos efeitos da mudança do clima nas instâncias governamentais.



Promover mecanismos para aumentar a capacidade de planejamento e gestão referentes às medidas de mitigação e de adaptação aos efeitos da mudança do clima nos governos locais.



Gerar políticas de regulamentação e incentivos para o setor privado frente a sua responsabilidade sobre a mitigação e a adaptação aos efeitos da mudança do clima.



Implementar melhorias no planejamento local ante o risco de catástrofes ambientais, buscando aumentar a participação das mulheres, das pessoas em situações de vulnerabilidade e exclusão, e das comunidades marginalizadas. Da mesma forma, promover ações para melhorar a proteção local desses grupos ante os riscos de catástrofes ambientais.

Objetivo 14: Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Para que se possa conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, é urgente prevenir e reduzir de maneira significativa a poluição marinha de todos os tipos, em particular a contaminação produzida por atividades realizadas em terra firme, incluindo detritos marinhos (resíduos, lixo marinho ou plásticos que são desperdícios de atividades humanas) e a contaminação de nutrientes.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Planos para administrar e proteger de maneira sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência.
- Políticas que impulsionem a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros, com a intenção de restabelecer a saúde e a produtividade dos oceanos.
- Ações para reduzir ao mínimo os efeitos da acidificação dos oceanos.
- Planos para conservar as zonas costeiras e marinhas baseados na melhor informação científica disponível.
- Ações para aumentar os benefícios econômicos do uso sustentável dos recursos marinhos, em particular por meio da gestão sustentável da pesca, da aquicultura e do turismo.
- Facilitar o acesso de grupos de pescadores e pescadoras artesanais aos recursos marinhos e aos mercados.



Como podemos alcançá-lo?



Regulamentar eficazmente a exploração pesqueira e pôr fim à sobrepesca, à pesca ilegal, à pesca não declarada e não regulamentada, bem como às práticas de pesca destrutivas.



Aplicar planos de gestão com fundamento científico a fim de restabelecer as populações de peixes no menor prazo possível.



Proibir certas formas de subsídios à pesca que contribuam para a sobrecapacidade e a sobrepesca.



Eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios dessa natureza.



Aumentar o conhecimento científico e desenvolver capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia marinha, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e potencializar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento.



Fortalecer as capacidades das instituições e instâncias que zelem pela proteção e pelo uso sustentável da vida marinha.



Melhorar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos, aplicando o Direito Internacional refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que proporciona o marco jurídico para a conservação e para a utilização sustentável dos oceanos e seus recursos.

Objetivo 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade

É crescente a consciência sobre a importância de se proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, efetuar uma gestão sustentável das florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e colocar freio à perda de diversidade biológica. Reconhecemos que o planeta Terra e seus ecossistemas são nosso lugar comum, mas existem ameaças a diversas formas de vida devido ao uso desmedido dos recursos, o que gera desequilíbrios e também riscos climáticos. Por isso, é urgente promover ações que os protejam esses recursos efetiva e eficazmente, em todos os níveis.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Ações para promover a gestão sustentável de todos os tipos de florestas e outros ecossistemas terrestres, e pôr fim ao desmatamento, recuperar as áreas degradadas e aumentar o florestamento e reflorestamento.
- Planos para combater a desertificação, reabilitar as terras e os solos degradados, as terras afetadas pela desertificação, a seca e as inundações.
- Estratégias para garantir a conservação dos ecossistemas montanhosos e da diversidade biológica.
- Ações para garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado a esses recursos.
- Planos efetivos e eficazes para integrar os valores dos ecossistemas e da diversidade biológica ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e na contabilidade nacional pública e privada.



Como podemos alcançá-lo?



Garantir a conservação, o restabelecimento e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres e dos ecossistemas de água doce, bem como dos serviços ecossistêmicos, em particular as florestas, as zonas úmidas, as montanhas e as zonas áridas.



Adotar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação dos habitats naturais, deter a perda da diversidade biológica e proteger as espécies ameaçadas e evitar sua extinção.



Adotar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.



Adotar medidas para prevenir a introdução de espécies exóticas invasoras e reduzir de forma significativa seus efeitos nos ecossistemas terrestres e aquáticos e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.



Mobilizar e aumentar recursos financeiros para conservar e utilizar de forma sustentável a diversidade biológica e os ecossistemas.



Mobilizar um volume de recursos para financiar a gestão florestal sustentável, em particular com o objetivo de conservação e reflorestamento.



Aumentar a capacidade das comunidades locais para promover oportunidades de subsistência sustentáveis.

Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas as pessoas e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

É um constante desafio a promoção de sociedades que tenham como pilares a paz e a inclusão, onde todas as pessoas possam ter acesso à justiça de forma igualitária e sem discriminação alguma, por meio do fortalecimento das instituições para que sejam muito mais eficazes, responsáveis e inclusivas. Ademais, são necessárias medidas para reduzir as taxas de homicídio, sobretudo de adolescentes e jovens e para por fim à impunidade. Por isso, é urgente a promoção de uma cultura de paz e não violência, bem como o combate de forma efetiva aos obstáculos que dificultam seu pleno alcance.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Ações para reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares.
- Planos permanentes para acabar com o abuso, a exploração, o tráfico e todas as formas de violência e tortura contra meninos e meninas.
- Políticas públicas para promover o Estado de Direito e garantir a igualdade de acesso à justiça para todas as pessoas, especialmente para as mulheres e pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e exclusão, sem nenhuma distinção.
- Planos integrais para pôr fim à violência contra as mulheres e ao feminicídio no país.
- Ações para reduzir a violência e o maltrato contra as pessoas que pertencem a grupos em maior situação de vulnerabilidade e exclusão, especialmente mulheres e meninas, pessoas migrantes, refugiadas, afrodescendentes, indígenas, com deficiência, LGBTI, em condição de pobreza, entre outras.
- Estratégias para reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, fortalecer a recuperação e a devolução de recursos roubados, e combater as formas de crime organizado.
- Planos claros contra a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
- Ações para garantir o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais.
- Estratégias para garantir a participação cidadã de maneira ativa e permanente na gestão nacional e local, e na tomada de decisões.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Como podemos alcançá-lo?



Fortalecer as instituições nacionais pertinentes, com o objetivo de criar capacidade em todos os níveis para prevenir a violência e combater a criminalidade.



Garantir a adoção de decisões inclusivas, participativas e representativas que respondam às necessidades de todas as pessoas e em todos os níveis.



Criar instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.



Promover e aplicar leis e políticas não discriminatórias a favor do desenvolvimento sustentável, especialmente para reduzir as desigualdades que as pessoas em situações de vulnerabilidade e exclusão enfrentam, sem nenhuma distinção de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, situação econômica, orientação sexual e identidade de gênero, situação migratória ou outra condição.

Objetivo 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Para o alcance da Agenda 2030 e do conjunto dos ODS, é crucial fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. A parceria deverá trabalhar com espírito de solidariedade, especialmente a favor das pessoas em situações de vulnerabilidade e exclusão, sem nenhuma discriminação de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, situação econômica, orientação sexual e identidade de gênero, situação migratória ou outra condição. Ademais, é importante facilitar uma intensa participação nacional para respaldar o cumprimento de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas, reunindo os governos, o setor privado, a sociedade civil, o Sistema das Nações Unidas e outras instâncias, mobilizando todos os recursos disponíveis.



Um plano de governo alinhado com os ODS deve incluir:

- Planos para fortalecer a parceria para o desenvolvimento sustentável entre todos os setores, que mobilizem e promovam o intercâmbio de capacidade técnica, tecnológica e de recursos financeiros, a fim de garantir o êxito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em todas as regiões.
- Ações para continuar com o fortalecimento da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou instância similar em outros níveis de governo, para, entre outras atividades, aumentar a implementação de programas nacionais orientados a aplicá-los efetivamente.
- Estratégias para fortalecer as trocas de conhecimento e a cooperação sul-sul e triangular que permitam fortalecer as estratégias para acelerar o cumprimento dos ODS.
- Planos que garantam o aumento da renda nacional bruta e o financiamento do desenvolvimento.
- Ações para promover o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente adequadas e sua transferência, disseminação e difusão.



Como podemos alcançá-lo?



Melhorar a coerência normativa para o desenvolvimento sustentável.



Promover a formação de parcerias de cooperação internacional para acelerar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Fortalecer a mobilização de recursos internos para financiar o desenvolvimento sustentável e melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.



Impulsionar a ciência, a tecnologia e a inovação e promover o uso de tecnologias de informação e comunicação.



Promover a formação de parcerias eficazes nas esferas públicas, público-privada e da sociedade civil.



Fomentar as capacidades nacionais para gerar estatísticas atualizadas, confiáveis e de alta qualidade e o desenvolvimento de sistemas de informação, que permitam desagregar a informação por idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, situação econômica, orientação sexual e identidade de gênero, situação migratória ou outra condição importante de reconhecer.

Com esta publicação lançada no âmbito das próximas eleições nacionais de 2018, o Sistema das Nações Unidas no Brasil coloca-se à disposição das organizações políticas, bem como dos cidadãos e cidadãs do país, para somar esforços com vistas a acelerar o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ao levar em consideração questões sociais, econômicas e ambientais em todos os âmbitos e níveis do país, as orientações que aparecem neste guia são subsídios para apoiar as organizações políticas, incluindo os partidos políticos, na construção de seus programas de governo à luz da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e, assim, contribuir para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável durante o próximo Governo 2019–2022, nas esferas estadual e federal.

Ademais, com esse guia, pretende-se incentivar as organizações políticas sobre a importância de integrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável em seus planos de governo. Do mesmo modo, é importante destacar que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável orienta no sentido de se buscar desenhar e implementar políticas públicas integradas e interconectadas, em outras palavras, a aceleração dos ODS deve se dar de maneira conjunta com vistas a maximizar recursos e esforços, responder às necessidades das populações, promover o desenvolvimento econômico e respeitar o meio ambiente.

Ressalta-se que, para o processo eleitoral de 2018, é fundamental levar em consideração que somente por meio de uma aliança nacional revitalizada será possível acelerar o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas. Embora o Estado seja o principal responsável pela sua execução, também é certo que essa agenda faz um chamado transformador a todas as pessoas e a todos os setores para construir uma visão de desenvolvimento até 2030. Grupos políticos, organizações sociais, organizações religiosas, o setor privado, os sindicatos e a academia estão convocados a trabalhar de forma conjunta e articulada para “Não deixar ninguém para trás”!

Referências bibliográficas

Nações Unidas (2015). Transformando nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (A/RES/70/1), Nova Iorque. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/70/1>.

Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (UNITAR) e Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDG) (2015). Pacote informativo nacional sobre a agenda para o desenvolvimento depois de 2015. Consultado em: abril de 2017. Disponível em: <https://www.learnatunitar.org/course/view.php?id=591&sess-key=ATS42t2Ppu§ion=1>.

Nações Unidas (2016a). A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Consultado em: janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/es/la-agenda-de-desarrollo-sostenible/>.

Nações Unidas (2016b). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Consultado em: janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/>.



Não deixar ninguém para trás!

